

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Província do Pará Class.: Madeira / Camp. Magnos

Data: 29/01/93 Pg.: 128 123

Bloqueada retirada ilegal de madeiras

Por determinação o ministro do Meio Ambiente, Coutinho Jorge, começa hoje no Pará a operação de bloqueio das estradas que dão acesso às reservas indígenas, para impedir a retirada ilegal de madeiras nobres. Duas equipes do Ibama sairão das cidades de Altamira e Tucumã, para se juntar com o pessoal da Funai que já se encontra nos locais, para atuar numa área de 300 quilômetros onde se encontram as reservas que estão sendo atingidas.

A determinação de Coutinho Jorge visa dar cumprimento à decisão da juíza Selene de Almeida, instalando barreiras nas estradas que dão acesso às reservas indígenas de onde estão sendo retiradas madeiras nobres, segundo denúncias do Núcleo de Direitos Indígenas.

Segundo Coutinho Jorge "decisão judicial não é para ser discutida. É para ser acatada e cumprida". Por isto o ministro determinou a liberação pelo Ibama de uma verba de 115 milhões de cruzeiros, que será utilizada pelas equipes do órgão nas áreas de Trincheira Bacajá, Apitereua e Arueté, numa operação que deverá durar cerca de um mês.

Ontem mesmo o ministro Coutinho Jorge informou ao seu colega Maurício Correia, da Justiça, o início da operação marcado para hoje e que contará com o respaldo do Departamento de Polícia Federal.

Antes de iniciar a operação — tão logo foi divulgada a decisão judicial — o ministro determinou ao procurador-geral do Ibama, que entrasse em contato com a administração regional do órgão em Belém, para que organizasse, com a máxima urgência, a operação de bloqueio das estradas. A partir de hoje as equipes do Ibama informarão diariamente ao Gabinete do ministro, em Brasília, o andamento da operação.

OPERAÇÃO COM A FUNAI

Brasília — O ministro do Meio Ambiente, senador Coutinho Jorge, determinou ao presidente em exercício do Ibama, Humberto Lacerda, a apuração das denúncias feitas pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de existência de atividade madeireira dentro da área de Cachoeira Seca, transformada em reserva indígena através de portaria do ministro da Justiça, Maurício Correia. A nova reserva está localizada nos municípios de Rurópolis, Uruará e Altamira, no Estado do Pará. Pela portaria assinada na última segunda-feira, estão proibidos o ingresso, a locomoção e atividades madeireiras e de garimpa-

Foto Arquivo



Coutinho: cumprimento à juíza

gem, de pessoas não índias na área.

Ontem, na sede do Ibama, Humberto Lacerda reuniu-se com o presidente da Funai, Sidney Possuelo e com o representante da Procuradoria Geral da República, José Roberto Santoro, para a montagem de uma estratégia para dar cumprimento à portaria do ministro da Justiça. Ficou acertado que o Incra, num prazo de 15 dias, irá fazer um levantamento de uma outra área disponível para o reassentamento de cerca de 400 colonos, levados para a região pelo próprio órgão. Depois disso é que a Procuradoria Geral da República vai entrar na Justiça Federal com pedido de liminar para fechamento total da reserva Cachoeira Seca, num prazo de 120 dias.

O Ibama, segundo Humberto Lacerda, também vai atuar em conjunto com a Funai e o Incra no levantamento das estradas vicinais que atravessam a nova reserva. "As vicinais da Transamazônica que ligam à nova reserva precisarão ser fechadas para que a portaria seja cumprida com sucesso", afirmou o presidente do Ibama. Ele disse ainda que se for constatada a existência de madeiras atuando dentro da nova reserva, "não restará outra alternativa que não seja a interrupção imediata da exploração madeireira naquela região".